



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 128/XIII/ 3.ª SL

Aos 17 dias do mês de janeiro de 2018, pelas 09:30 horas, reuniu a Comissão de Trabalho e Segurança Social, na sala 1 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Audição do Senhor Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social na sequência de Requerimento apresentado pelo GP do CDS-PP, para prestar "todos os esclarecimentos sobre os contornos que envolvem a hipótese da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa entrar no capital do Montepio Geral" (Grelha própria)

2. Audição regimental do Senhor Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 104.º do Regimento da Assembleia da República (Grelha própria)

1. Audição do Senhor Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social na sequência de Requerimento apresentado pelo GP do CDS-PP, para prestar "todos os esclarecimentos sobre os contornos que envolvem a hipótese da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa entrar no capital do Montepio Geral" (Grelha própria)

O Senhor Presidente da Comissão, Deputado Feliciano Barreiras Duarte, começou por cumprimentar e dar as boas vindas ao Senhor Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, (Vieira da Silva), bem como à Secretária de Estado da Segurança Social (Cláudia Joaquim), enquadrando aquela audição referindo-se ao requerimento apresentado pelo GP do CDS-PP e aprovado por unanimidade pela Comissão na reunião de quarta-feira, 3 de janeiro do corrente, e de seguida deu a palavra ao Senhor Deputado Filipe Anacoreta Correia (CDS-PP) para proceder à sua apresentação.

O Senhor Deputado começou por realçar que entretanto se soubera que a hipótese da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa entrar no capital do Montepio Geral fora uma ideia do Senhor Ministro, questionando-o sobre o parecer do Diretor Financeiro da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML), sobre a razoabilidade do valor a investir pela SCML, em função das disponibilidades existentes, sobre o voto contra do ainda único acionista do banco contra o aumento de capital, e ainda se o assunto vinha sendo tratado em conjunto pelo Ministério e pela SCML, se o investimento a realizar não põe em causa os investimentos sociais da Santa Casa, se não estaria na



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 128/XIII/ 3.ª SL

altura de rever o acordo com a SCML. Por outro lado, suscitou ainda dúvidas sobre a articulação entre as ajudas de Estado e o Direito de Concorrência, indagando pela posição das instituições europeias. Por fim, sublinhou que o processo se arrastava há mais de um ano e que as notícias daquele dia davam conta da falta de resposta do Montepio à SCML sobre informações por si solicitadas, questionando também o Senhor Ministro sobre este ponto. Recordou que o Senhor Provedor da Santa Casa, em audição nesta Comissão, declarara que a operação ainda estava a ser ponderada, mas que em princípio a decisão seria tomada até ao final do mês, solicitando ainda a posição do Senhor Ministro sobre este ponto.

O Senhor Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social afirmou, entre outras considerações, que não retirou qualquer benefício pessoal; que não houve qualquer favorecimento por parte do Ministério à Associação Raríssimas e que, em sua opinião, não houve qualquer negligência no tratamento de eventuais denúncias.

Na primeira ronda de perguntas, usaram da palavra os Senhores Deputados Clara Marques Mendes (PSD), Tiago Barbosa Ribeiro (PS), José Moura Soeiro (BE), António Carlos Monteiro (CDS-PP) e Diana Ferreira (PCP), tendo o Senhor Ministro respondido individualmente a cada pedido de esclarecimento.

Na segunda ronda de perguntas, intervieram os Senhores Deputados Clara Marques Mendes (PSD); Tiago Barbosa Ribeiro (PS), José Moura Soeiro (BE), António Carlos Monteiro (CDS-PP) e Diana Ferreira (PCP), tendo o Senhor Ministro e a Senhora Secretária de Estado da Segurança Social respondido conjuntamente às questões formuladas.

A audição foi integralmente gravada em suporte [vídeo](#), podendo o respetivo registo ser consultado no seguinte [link](#), pelo que se dispensa o seu desenvolvimento nesta sede.

Teve de seguida início a audição regimental daquele Membro do Governo.

2. Audição regimental do Senhor Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 104.º do Regimento da Assembleia da República (Grelha própria)



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 128/XIII/ 3.ª SL

O Senhor Presidente da Comissão de Trabalho e Segurança Social cumprimentou a Senhora Secretária de Estado da Inclusão das Pessoas com Deficiência (Ana Sofia Antunes) e o Senhor Secretário de Estado do Emprego (Miguel Cabrita), que se juntaram à equipa governamental já presente do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, saudou igualmente as Senhoras e os Senhores Deputados presentes e enquadrou a vinda do Senhor Ministro à Comissão no âmbito das quatro audições regimentais obrigatórias por sessão legislativa, previstas no n.º 2 do artigo 104.º do Regimento da Assembleia da República, com o objetivo de abordar matérias que se inserem na esfera das competências da 10.ª Comissão parlamentar.

Após a [intervenção inicial](#) do Senhor Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, em sede de primeira ronda de intervenções usaram da palavra as Senhoras e os Senhores Deputados Susana Lamas (PSD), Wanda Guimarães (PS), José Moura Soeiro e Isabel Pires (BE), António Carlos Monteiro (CDS-PP) e Rita Rato (PCP), tendo o Senhor Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social respondido individualmente às questões colocadas.

No âmbito da segunda ronda, tomaram da palavra as Senhoras e os Senhores Deputados Helga Correia (PSD), Sofia Araújo (PS), José Moura Soeiro e Jorge Falcato (BE), António Carlos Monteiro (CDS-PP) e Diana Ferreira (PCP), após o que o Senhor Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, a Senhora Secretária de Estado da Segurança Social, o Senhor Secretário de Estado do Emprego e a Senhora Secretária de Estado da Inclusão das Pessoas com Deficiência responderam em conjunto às questões colocadas.

Os representantes dos cinco grupos parlamentares presentes prescindiram do uso da palavra na terceira ronda.

A Senhora Vice-Presidente, Deputada Wanda Guimarães (PS), que, entretanto, assumiu a presidência, deu por concluída a audição, agradecendo ao Senhor Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social bem como aos Secretários de Estado os esclarecimentos prestados.



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 128/XIII/ 3.ª SL

A audição foi integralmente gravada em suporte [vídeo](#), podendo o respetivo registo ser consultado no seguinte [link](#), pelo que se dispensa o seu desenvolvimento nesta sede.

A reunião foi encerrada às 15:00 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 29 de janeiro de 2018.

O PRESIDENTE

(FELICIANO BARREIRAS DUARTE)



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 128/XIII/ 3.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Adão Silva
António Carlos Monteiro
Carla Barros
Carla Tavares
Clara Marques Mendes
Feliciano Barreiras Duarte
Filipe Anacoreta Correia
Isabel Pires
Joana Barata Lopes
Joaquim Raposo
José Moura Soeiro
José Rui Cruz
Maria das Mercês Borges
Pedro Roque
Ricardo Bexiga
Rita Rato
Rui Riso
Sofia Araújo
Sónia Fertuzinhos
Susana Lamas
Wanda Guimarães
Álvaro Batista
Diana Ferreira
Helga Correia
Idália Salvador Serrão
Jorge Falcato Simões
Maria da Luz Rosinha
Mariana Mortágua
Miguel Tiago
Palmira Maciel
Paulino Ascenção
Sandra Pontedeira

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Sandra Pereira
Tiago Barbosa Ribeiro